

Fernando Molica

Tendler e a história devolvida

Ao dirigir “Os anos JK”, o cineasta Silvio Tendler (1950-2025) devolveu ao país parte significativa de sua história. Lançado ainda durante a ditadura, o documentário jogou nas telas fatos e personagens que o regime militar tentava esconder, entregou um passado recente do Brasil para uma geração que crescera sob a censura.

Brasileiros criados depois da redemocratização talvez tenham dificuldades para compreender o impacto causado pelo filme de um até então desconhecido cineasta. Fruto de um minucioso trabalho de pesquisa de imagens e de texto, “Os anos JK” arrastou cerca de 800 mil pessoas aos cinemas, marca até então inédita para um documetário.

O filme representou uma espécie de ponte que nos ligava ao que ocorrera havia poucas décadas antes. Recuperava personagens cujos nomes, havia 16 anos, tinham que ser sussurrados, citados em voz baixa.

Apenas um ano depois da anistia que libertava perseguidos ao mesmo tempo em que promovia o futuro de torturado-

res, Tendler falava não apenas de Juscelino Kubitschek mas também em João Goulart, enfatizava a infâmia do AI-5. O hiato histórico era tamanho que o filme começa com a promulgação da Constituição de 1946, trata do Golpe de 1964, do fechamento ainda maior do regime em 1968 para então chegar à morte de JK.

Havia muito que precisava ser contado, “Os anos JK” tinha necessidade de falar, de relatar — como alguém que chega de uma longa viagem. Era também preciso lembrar que o país já fora mais feliz e ensolarado, cultivava esperança, não temia o futuro, confiava na capacidade civil de construir o próprio destino.

Além de nos proporcionar um encontro ou reencontro com a nossa história, Tendler nos reconciliou com a perspectiva de felicidade, com o país que ouvia bossa nova, ganhava Copa do Mundo, cultivava uma arte moderna, fabricava carros, construía uma nova capital.

JK, o presidente, era um legítimo repre-

sentante de uma elite conservadora, seu governo não ousou mexer nas mais que injusta desigualdade nacional — mas ele representava uma expectativa de um país melhor.

JK, o filme, ressaltou que a felicidade e a liberdade eram possíveis, boas e desejáveis. Na plateia, aprendíamos a separar melhor as trevas da luz, cultivávamos a gênese de um país melhor.

Quatro anos depois, Tendler lançaria “Jango”, uma espécie de continuação do primeiro filme — abordar a tragédia do personagem, frisava a importância de devolução do país aos seus donos.

Insistente, o cineasta esbajava bom humor, mesmo diante de limitações impostas pela doença que o obrigou a usar cadeira de rodas.

Nada que impedisse o trabalho de um cara que, ao reabrir antigos caminhos, nos estimulou a buscar novas saídas. Num momento em que o país se recupera de uma nova tentativa golpista, os filmes de Tendler renovam a esperança e o compromisso com a democracia.

Tales Faria

Alcolumbre ignora ligações de Hugo Motta

Como a Dona Flor - aquela personagem de Jorge Amado - o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), vive entre dois maridos. Elegeu-se para comandar a Casa com o apoio quase unânime dos partidos e em meio a juras de amor ao governo e à oposição.

Mas um dos maridos de Dona Flor estava morto, o que tornava o convívio mais fácil, digamos assim. Já os dois cônjuges de Hugo Motta estão vivos e vivem às turras.

Neste domingo, em uma ligação telefônica com o líder do PL na Câmara, Sóstenes Cavalcante (RJ), Hugo Motta reclamou do presidente do Senado, Davi Alcolumbre (AP), que está prometendo enterrar a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) da Blindagem dos crimes cometidos por parlamentares.

Segundo Sóstenes, Alcolumbre havia garantido a Hugo Motta que a PEC seria votada no Senado no mesmo dia em que saísse da Câmara. O texto da Emenda Constitucional foi aprovado pelos deputados em dois turnos num só dia – a terça-feira, 16 – e enviado imediatamente

para o Senado.

Alcolumbre, na mesma hora, se declarou publicamente contra a proposta e mandou o texto para “uma análise aprofundada” da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), cujo presidente, Otto Alencar (PSD-BA), já havia anunciado – e reiterou – que a “PEC será devidamente enterrada”.

“O PL não alinhou essa PEC com o Senado, nem com nossa bancada lá. Confiamos na palavra do presidente da Câmara para votar aqui. O Hugo nos contou estar acertado com o presidente do Senado. Segundo ele, o Alcolumbre havia lhe prometido que os senadores votariam a PEC no mesmo dia. Mas parece que o Alcolumbre não cumpriu a palavra”, disse Sóstenes à coluna.

Segundo o líder, no telefonema deste domingo, Hugo Motta contou que, desde a votação da PEC, Davi Alcolumbre não retorna suas ligações.

“Parece que as coisas entre eles não estão boas. E isso é muito bom para a oposição. Se eu fosse o presidente da Câmara daria o troco no Alcolumbre e no governo

nesta semana mesmo”, acrescentou.

Como assim?

Sóstenes conta que, chegando a Brasília para conversar pessoalmente com Hugo Motta, vai propor que ambos busquem “dois ou três projetos de interesse do Alcolumbre e do governo para serem derrubados”.

É pouco provável que isso seja executado. Mas esse mesmo Hugo Motta que agora troca figurinhas com o líder do PL, foi vítima de um ataque da oposição à sua autoridade na Câmara.

Na quarta-feira da semana anterior, deputados do PL e do Novo tomaram a sua cadeira na Mesa Diretora, impedindo que ele presidisse a sessão do plenário. Motta só conseguiu sentar na cadeira depois que, Arthur Lira (PP-AL), ex-presidente da Casa, prometeu à oposição que a anistia seria pautada.

Na semana passada, Motta cumpriu o acordo de Lira: votou a anistia. Mas trincou sua relação com os governistas. Uma relação cheia de altos e baixos como esse momento que vivem agora.

Sérgio Cabral*

COP 30

Belém será a capital mundial do meio-ambiente, de 10 a 21 de novembro.

A COP (Conferência das Partes) é a reunião anual do órgão máximo da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), onde os países signatários discutem, negociam e tomam decisões sobre as ações necessárias para combater as mudanças climáticas e limitar o aquecimento global.

O governo federal e o governo do estado do Pará estão realizando investimentos pesados para receber a COP 30. A população de Belém receberá um legado importante em infraestrutura e serviços. Mas, para além do ganho material, há o legado intangível ao sediar um evento dessa magnitude.

Lembro-me de um diálogo entre mim e o príncipe Albert II, de Mônaco, membro do Comitê Olímpico e, portanto eleitor da cidade que seria a anfitriã dos Jogos Olímpicos de 2016, no dia 3 de outubro de 2009,

em Copenhague, quando o Rio de Janeiro venceu Madri, Tóquio e Chicago na disputa pela sede do evento. O monarca me perguntou, na sessão de perguntas e respostas da nossa comitiva, qual seria o maior legado que os Jogos deixariam para a cidade. Não titubeei em responder à Sua Alteza que, para além do legado físico, o mais importante legado seria a autoestima do povo sul americano que, pela primeira vez na história, iria receber o maior evento do planeta.

Pois a Região Amazônica será sede, pela primeira vez, do maior evento ambiental do planeta. Quantas vezes, nos 29 eventos anuais anteriores da COP, a Amazônia foi citada? Milhões de vezes! Pois agora os dirigentes das nações participantes sentirão e viverão a vida amazônica.

Fico chocado com matérias preconceituosas sobre a viabilidade de o evento ocorrer com sucesso, em Belém. Assim como me chocam o desdém do governo norte-americano

com a pauta ambiental e as declarações preconceituosas de algumas delegações, como a austríaca, cujo governo de direita reclama das condições de hospedagem com viés, no fundo, preconceituoso.

Todos os eventos de grande proporção geram conflitos entre os meios de hospedagem e os participantes. Não é exclusividade de Belém. Acredito que o governo do presidente Lula e o governador Hélder Barbalho e sua equipe chegarão a bom termo com todas as modalidades de hospedagem da cidade e do seu entorno. E que será um grande evento.

É hora dos que decidem para onde vai o nosso destino enquanto planeta conhecer a Amazônia, conviver com o seu povo diverso, verificar suas necessidades e apreensões e, o mais importante, ser solidários de verdade na proteção da maior floresta do mundo.

***Jornalista. Instagram: @sergiocabral_filho**

EDITORIAL

Imunização contra a HPV é fundamental

A vacinação de jovens contra o HPV, ou Papilomavírus Humano, é uma estratégia de saúde pública de vital importância. O HPV é um grupo de vírus extremamente comum, transmitido principalmente por contato sexual, e alguns de seus tipos estão diretamente ligados ao desenvolvimento de cânceres. A vacinação nessa faixa etária é crucial pois ela oferece a maior proteção antes do início da vida sexual, que é o período de maior risco de exposição ao vírus.

A principal razão para a vacinação é a prevenção de diversos tipos de câncer. A infecção persistente por alguns tipos de HPV de alto risco pode causar câncer de colo de útero, que é o mais conhecido, mas também câncer de ânus, orofaringe, vulva, vagina e pênis. Esses cânceres representam um fardo significativo para a saúde global e a vacinação é a ferramenta mais eficaz para reduzir sua incidência.

Além da prevenção do câncer, a vacina também protege contra verrugas genitais, que, embora não sejam malignas, causam desconforto físico e emocional. A vacinação em

larga escala de jovens, tanto meninos quanto meninas, cria um efeito de imunidade de rebanho, diminuindo a circulação do vírus na população. Isso beneficia não apenas os vacinados, mas também aqueles que, por algum motivo, não puderam ser imunizados.

Infelizmente, existem muitos mitos e desinformação sobre a vacina do HPV. É fundamental ressaltar que ela é segura e eficaz, comprovada por décadas de pesquisa científica e monitoramento em todo o mundo. Não causa infertilidade nem incentiva o início precoce da vida sexual. Pelo contrário, ela é uma medida de autocuidado e proteção, permitindo que os jovens construam seu futuro com mais saúde e segurança.

Educar os pais e os próprios jovens sobre a importância dessa vacina é essencial para garantir uma adesão elevada e, consequentemente, um futuro com menos casos de cânceres associados ao HPV. A vacinação não é apenas um ato de proteção individual, mas um passo coletivo em direção a uma sociedade mais saudável.

Inquilino indesejado e persistente

Se há algo que o Brasil não consegue se livrar nos últimos anos é da presença indesejada do vírus da chikungunya. Desde que os primeiros casos foram identificados em 2014, essa doença viral, transmitida pelos mosquitos *Aedes aegypti* e *Aedes albopictus*, parece ter encontrado na sociedade brasileira um terreno fértil para se espalhar. Passados mais de dez anos desde a chegada desse inimigo invisível, os números ainda são alarmantes e as dificuldades para erradicar o problema parecem longe de ser superadas.

Para que se tenha uma ideia da dimensão do problema, a Organização Pan-Americana da Saúde (Opas) emitiu, recentemente, um alerta sobre o avanço da chikungunya na América Latina, com destaque para o Brasil, que já contabiliza mais de 120 mil casos e 113 mortes em 2025, até setembro. O Nordeste brasileiro, onde a

doença surgiu, continua sendo o epicentro, mas a chikungunya já está espalhada por todas as regiões do país, fazendo com que o número de surtos e epidemias seja constante.

A notícia sobre a vacina contra a chikungunya, desenvolvida pelo Instituto Butantan, trouxe uma luz de esperança. A vacina, que passou a ser aprovada pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) em 2025, poderia representar um avanço significativo. No entanto, o fato de a Food and Drug Administration (FDA) ter suspenso sua licença nos Estados Unidos, após relatos de efeitos adversos graves, como encefalite, levanta questões sobre a segurança do imunizante. A possibilidade de que a Anvisa reavalie sua aprovação faz com que muitos brasileiros fiquem em compasso de espera, sem saber se realmente poderão contar com essa vacina para combater o vírus.

Opinião do leitor

Análise

Algum sábio frisou que Democracia é regime com falhas. Mas ainda é o regime mais adequado e saudável que existe. O que existe é rigor em defesa da democracia e o respeito às leis. O Supremo pode errar. Mas jamais decide baseado em torpezas e leviandades.

Vicente Limongi Netto
Brasília - Distrito Federal

O CORREIO DA MANHÃ NA HISTÓRIA * POR BARROS MIRANDA



HÁ 95 ANOS: GOVERNO ARGENTINO É RECONHECIDO PELO MUNDO

As principais notícias do Correio da Manhã em 19 de setembro de 1930 foram: Governo provisório argentino é reconhecido por diversas nações. Após as eleições parlamentares, diz que o novo Congresso alemão se reunirá ainda na primeira quinzena de outubro. Ex-presidente Leguia, do Peru, e seu filho Juan, foram transferidos para a penitenciária de Lima. Brasil sedia III Congresso Sul-Americano de Turismo.

HÁ 75 ANOS: ALAGOAS RECEBE FESTIVAMENTE EDUARDO GOMES

As principais notícias do Correio da Manhã em 19 de setembro de 1950 foram: Alagoas recebeu festivamente Eduardo Gomes. Estudantes organizam comícios em Petrópolis e Teresópolis. Ofensiva da ONU conquistas mas cidades sul-coreanas e se aproximam da capital

Correio da Manhã

Fundado em 15 de junho de 1901

Edmundo Bittencourt (1901-1929)
Paulo Bittencourt (1929-1963)
Niomar Moniz Sodré Bittencourt (1963-1969)

Patrick Bertholdo (Diretor Geral)
patrickbertholdo@correiodamanha.net.br

Cláudio Magnavita (Diretor de Redação)
redacao@jornalcorreiodamanha.com.br

Redação: Gabriela Gallo, Ivo Ribeiro, Marcelo Perillier, Pedro Sobreiro, Rudolfo Lago (editor), William França e Rafael Lima

Serviço noticioso: Folhapress e Agência Brasil

Projeto Gráfico e Arte: José Adilson Nunes (Coordenação) e Thiago Ladeira

Telefones (21) 2042 2955 | (11) 3042 2009 | (61) 4042-7872

Whatsapp: (21) 97948-0452

Rio de Janeiro: Av. João Cabral de Melo Neto 850 Bloco 2 Conj. 520
Rio de Janeiro - RJ CEP 22775-057

Brasília: ST SIBSQuadra 2 conjunto B Lt 10 - Nucleo Bandeirantes
Brasília - DF CEP 71736-202

www.correiodamanha.com.br

Os artigos publicados são de exclusiva responsabilidade dos autores e não necessariamente refletem a opinião da direção do jornal.